



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

EDITAL

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA REUNIÃO DE CÂMARA DE 19/04/2018

José Rodrigues Paredes, Presidente da Câmara Municipal de Alijó, nos termos e para efeitos do disposto do número 1 no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna públicas as deliberações aprovadas pelo Executivo Municipal na reunião de Câmara ordinária de 19/04/2018.

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 - Aprovação da Ata_7_2018 de 12-04-2018.

Deliberação: aprovada, por unanimidade.

Ponto 1.2 – Presente proposta n.º 12/2018, exarada pelo Sr. Presidente da Câmara, referente ao Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o reconhecimento da situação de exercício de funções com vínculo inadequado que se consubstancia em necessidade permanente dos serviços.

Os Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS) apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Esta questão da regularização de vínculos precários na administração local, permitida pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, pretende repor a justiça em situações de trabalhadores ao serviço da autarquia, cujas funções correspondem a necessidades permanentes, sem o adequado vínculo jurídico. Como aqui tivemos oportunidade de referir em anteriores reuniões de Câmara, seria imoral este Município criar novos postos de trabalho, mantendo na precariedade situações que poderiam ser regularizadas por este novo regime.

Por isso, o nosso voto apenas pode ser aqui favorável."

Ponto 1.3 – Presente proposta n.º 13/2018, exarada pelo Sr. Presidente da Câmara, referente à 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2018 (Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários), que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, a 1.ª alteração ao mapa pessoal, conforme proposta apresentada.

Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do n.º 2 do art.º 6.º da Lei n.º 112/2017, de 29/12.

Os Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS) apresentaram a seguinte declaração de voto:

"O nosso voto favorável, justifica-se pelo voto a favor no ponto anterior da regularização de vínculos precários."



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 - Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2018/04/06, apresentando um total de disponibilidades de 4.663.313,02€, sendo 3.673.392,75€ de dotações orçamentais e 989.920,27€ de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: tomado conhecimento.

Ponto 2.2 – Presente informação n.º 2018/67 referente à 6.ª modificação aos Documentos Previsionais para 2018 – revisão, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, a 6.ª modificação aos DP2018, conforme proposta apresentada.

Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09

Ponto 2.3 – Presente informação n.º 2018/110 apresentando a Conta de Gerência referente ao ano económico de 2017, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovados, por maioria com a abstenção dos Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS), os documentos de prestação de contas elencados no Anexo I da Resolução n.º 04/2001 – 2ª Secção do Tribunal de Contas que se encontram integralmente elaborados e arquivados, estando disponíveis para consulta quando tal for solicitado.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação, nos termos da al. l) do n.º2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS) apresentaram a seguinte declaração de voto:

“O ano de 2017, ao qual esta Conta de Gerência diz respeito, foi um ano de transição, marcado pela realização de eleições autárquicas, das quais emergiu um novo ciclo político.

Assim, na sua grande maioria, este relatório de contas reflete a governação da responsabilidade do anterior executivo camarário, no qual o atual Presidente da Câmara era Vice-Presidente.

O desempenho do Município no ano de 2017, reflete a mesma tendência manifestada em todo o mandato anterior: uma gestão financeira que se esgotou em si própria, unicamente focada nos indicadores financeiros, mas alheada da realidade do concelho, sem qualquer desígnio estratégico para o seu desenvolvimento económico e social.

A demonstrá-lo, a opção tomada pelo anterior executivo de amortizar por completo o PAEL, em vez de aproveitar a possibilidade dada pelo Orçamento de Estado de 2017, no sentido de uma operação de substituição de dívida (tal como este Município fez, e bem, com o Plano de Reequilíbrio Financeiro) o que tornaria este Município bastante mais capitalizado, numa atitude prudente, até em face das responsabilidades contingentes existentes de elevado montante.

Ao mesmo tempo assistimos a uma conduta errante, na relação com as Juntas de Freguesia e as Instituições Sem Fins lucrativos; nos domínios social e cultural; e à ausência de investimentos estratégicos e de aproveitamento de fundos comunitários.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Vejam-se as baixas taxas de execução globais, quer do Plano Plurianual de Investimentos, quer do Plano de Atividades Municipal.

O ano de 2017, foi mais um em que os indicadores de desenvolvimento do concelho de Alijó não melhoraram e em que fomos assistindo a uma atitude conformista perante a perda e envelhecimento da população.

Começámos este mandato com a expectativa de uma mudança de atitude por parte da maioria camarária, capaz de ver além de ganhos eleitorais imediatos, mas os primeiros sinais manifestados deixam-nos apreensivos.

Na governação concelhia, a aposta deve centrar-se nos vários padrões de desenvolvimento que permitam a consolidação e sustentabilidade deste concelho, apontando-se caminhos para o futuro e assumindo-se como referência na Região. "

O Senhor Presidente da Câmara apresentou a seguinte declaração de voto:

"O Relatório e Contas é o espelho da execução orçamental do ano de 2017. Sobressai, logo à partida, uma nota importante: aumentámos o património e fizemos mais investimento o que se traduz em eficácia na gestão.

O Executivo desta Câmara Municipal, teve como preocupação gerir o Município como se não fosse um ano atípico, por ser ano de eleições autárquicas, e não embarcámos em qualquer estratégia eleitoralista. Acautelámos, sempre, os superiores interesses do Município para que as gerações vindouras possam ter esperança no futuro.

Continuámos com o desígnio de colocar o Município de Alijó no lote dos Municípios com as contas equilibradas, continuando o decréscimo do endividamento municipal, situando-nos abaixo do limite de endividamento em mais de dois milhões de euros.

A receita orçamental arrecadada situou-se em 21,5 milhões de euros. A despesa orçamental situou-se nos 21,2 milhões de euros, resultando num saldo orçamental para a gerência de 2018 de cerca de 3,2 milhões de euros.

O princípio do equilíbrio corrente, previsto na Lei das Finanças Locais, ou seja, as receitas correntes devem cobrir a totalidade das despesas correntes e a amortização média dos empréstimos contratualizados, foi respeitado.

A poupança corrente fixou-se em 2,8 milhões de euros, tendo o Município recorrido a receitas correntes para financiar despesas de investimento, o que é um bom indicador de gestão.

Analisando os vários capítulos da receita, constata-se uma redução ao nível dos impostos diretos, nomeadamente o IMT e IMI.

De fato, e fruto das isenções automáticas, a receita de IMI foi ligeiramente inferior à cobrada na gerência de 2016.

Consequência da adesão do município de Alijó ao PAEL, tivemos de manter no máximo as nossas taxas de IMI, manter a derrama, taxas municipais, não conceder isenções fiscais, sacrificando o desenvolvimento do Município em relação a outros. Com o fim do PAEL em 2016 e com o fim do Reequilíbrio Financeiro em 2017 virámos uma página, para melhor, como foi comprovado através da diminuição de taxas e outros benefícios aprovados para o ano de 2018.

O município tem as suas contas equilibradas e não há incumprimentos.

O Município de Alijó, na gerência de 2017, recorreu a capitais alheios tendo sido aprovada a operação de substituição de dívida pela Assembleia Municipal a que damos execução ao longo do ano de gestão.



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

Com esta operação amortizámos no ano de 2017 cerca de 11,8 milhões de euros em passivos financeiros.

Na gerência de 2017, não há dívidas a mais de 90 dias, temos equilíbrio orçamental, fundos disponíveis positivos, o que nos permite assumir, com tranquilidade, novos compromissos, novos investimentos, para fazer melhor pelo nosso concelho, pelo bem-estar das populações.

Não temos dívidas a empreiteiros, e as dívidas a fornecedores que se relatam no balanço dizem respeito a despesas correntes, despesas de funcionamento incorridas no último mês de ano.

Quer ao nível da despesa corrente, quer ao nível da despesa de capital não houve oscilações de grande relevância na gerência de 2017, com exceção do recebimento e pagamento dos empréstimos (substituição dos mesmos).

Realçamos os encargos com a dívida, nomeadamente os juros, onde tivemos um decréscimo de mais de 41%. Se compararmos com ano de 2015 o decréscimo dos juros foi na ordem dos 75%.

Em síntese, os resultados das contas do Município foram este ano melhores, com a redução dos custos operacionais, redução dos custos financeiros e redução dos custos extraordinários. Por conseguinte os resultados operacionais foram maiores, o que veio a dar um resultado líquido do exercício positivo superior a 2,9 milhões de euros.

A situação económico-financeira do município está francamente melhor, o que permite projetar os alicerces de um futuro mais esperançoso para todos e especialmente para as gerações mais jovens.

O Relatório de Contas de 2017 é, indelutavelmente, a consubstanciação de uma equilibrada, sustentada e sustentável governação municipal."

Ponto 2.4 – Presente informação n.º 2018/113 referente ao Relatório de Análise Económico-Financeira e Execução Orçamental, reportada a 31 de dezembro de 2017, remetido pelo auditor externo, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: tomado conhecimento. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para apreciação e tomar conhecimento, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09.

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Ponto 3.1 – Presente informação n.º 2018/30 propondo a colocação de dois sinais de estacionamento proibido na 2.ª Travessa de Santo António, em Alijó, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, retirar o presente ponto da ordem de trabalhos a fim de se obter melhor análise sobre o proposto.

Ponto 3.2 – Presente informação n.º 2018/56 propondo a execução de duas travessias de peões e eliminação de lugares de estacionamento, em Alijó, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovadas, por unanimidade, as propostas efetuadas, nos termos da informação técnica. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Para constar se lavrou o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Paços do Município de Alijó, 23 de abril de 2018

O Presidente da Câmara

José Rodrigues Paredes